



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS CEGOS E COM BAIXA VISÃO

Marlene Alves dos Santos de Souza

**Pombal, PB, Brasil
2010**

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS CEGOS E COM BAIXA VISÃO

Marlene Alves dos Santos de Souza

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial**.

**Pombal, PB, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

INCLUSÃO ESCOLAS DE ALUNOS CEGOS E COM BAIXA VISÃO

“elaborado por”

Marlene Alves dos Santos de Souza

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Laura Cristina Nardi

Fabiane Adela Tonetto Costas

Giovana Toscani Gindri

Pombal, PB, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação
de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

Esta pesquisa é resultado de um desejo e de uma necessidade que surgiu em trabalhar com alunos cegos e de baixa visão. O objetivo deste artigo é fazer um levantamento de informações sobre como está ocorrendo o processo de inclusão de alunos cegos e com baixa visão na rede municipal de ensino de Pombal, PB. A pesquisa, realizada nessa escola, deu-se pelo método qualitativo, em que, para a coleta de dados, realizou-se entrevistas com a diretora, supervisora, orientadora, professores e alunos da escola. Como resultado constata-se que a inclusão dos alunos cegos e com baixa visão na escola já referida, apresenta aspectos positivos, como o comprometimento dos profissionais da escola, com o ensino de qualidade e também se observa aspectos que precisam ser melhor analisados, como o apoio do governo municipal na obtenção de novos recursos materiais.

Palavras- Chaves: sociedade, realidade, direitos, profissionais, deficientes, formação.

INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS CEGOS E COM BAIXA VISÃO

AUTORA: Marlene Alves dos Santos de Souza

ORIENTADORA: Laura Cristina Nardi

CIDADE: Pombal

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	06
2 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO	10
2.1 Dados encontrados nas entrevistas	13
2.2 A inclusão em Pombal	19
3 REFERENCIAL TEÓRICO	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

1 APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas a Educação Brasileira passou por grandes transformações do ponto de vista sócio-cultural emanadas, tantas das lutas dos movimentos sociais quanto dos programas e organizações não governamentais que reivindicam não apenas mudanças estruturais, mas mudanças na prática política, ou seja, uma política Educacional que atendesse as necessidades de uma sociedade em constantes transformações e de um País que busca sair de um estado de inércia para um estado de progresso e desenvolvimento.

Em 1993, para atender o compromisso assumido pelo Brasil na “Conferência Mundial de Educação para todos” foi elaborado o “plano Decenal de Educação para Todos,” Considerando como um conjunto de diretrizes políticas voltado para a recuperação do ensino fundamental no País, buscando garantir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem da população. (Conselho Federal de Educação. P.107, CFE)

A inclusão do aluno com necessidade Especial na Escola Regular é um dos maiores desafios impostos à educação neste princípio de século. Estamos ainda dando os primeiros passos em direção à inclusão. Poderíamos estar bem mais avançados neste processo, uma vez que no ano de 1999, firmou o Decreto nº 3.298 que regulamenta a lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Implantação da pessoa deficiente, define a Educação Especial a todos os níveis e modalidade de Ensino. É necessário o empenho dos professores, pais, escola e sociedade comprometidos com esta nova empreitada, que chamamos de inclusão social.

Essa Política Educacional exigida inclui investimentos voltados para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Para tanto, faz-se necessário promover a formação de professores em educação especial, garantindo uma atuação eficaz com uma prática pedagógica que garanta a permanência e desenvolvimento desses alunos em sala de aula, bem como uma preparação para sua atuação cidadã. Nessa perspectiva o artigo ora apresentado será de grande importância para o desenvolvimento de um trabalho que atenda alunos cegos e com baixa visão, considerando também a proposta Nacional de Desenvolvimento para a Educação que objetiva garantir o direito de acesso à escola de qualidade para todos.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e

interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (Brasil, Ministério da Educação. Lei de diretrizes e bases da Educação, LDB)

Durante décadas os projetos educacionais não atendiam a todas as crianças na idade escolar. A constituição de 1988 (constituição cidadã) no seu artigo quinto garante mudanças significativas para essa questão. Além do estatuto da criança e do adolescente que propõe para a sociedade um debate e um novo olhar a essa temática, a pesquisa é importante também do ponto de vista de formação, uma vez que será inserida no contexto do trabalho da Escola Municipal do Ensino Fundamental Decisão a qual atende alunos com necessidades visuais e ainda não realizou nenhum trabalho na área. Esse trabalho irá contribuir de forma decisiva na atividade prática com esses alunos. O fato de estarmos realizando uma pesquisa numa entidade da rede Municipal caracteriza o caráter social do trabalho e do nosso comprometimento com a educação e com a criança e adolescente que por muitas décadas, ficaram a margem da sociedade e tratados como incapazes. Essa proposta de trabalho visa ainda promover uma discussão sobre essa visão distorcida que foi propagado de que o cidadão com deficiência é incapaz de assumir funções e ainda é discriminado na sociedade e na própria família.

Face à obrigatoriedade do Estado enquanto responsável pela educação e formação educacional, indistintamente, de forma a abranger o aluno com as suas mais variadas capacidades e também deficiências, urge indagarmos e refletirmos sobre o verdadeiro cenário que nos cabe enquanto formadores e educadores, sobretudo, o de debruçarmos sobre a reflexão de nossos procedimentos metodológicos utilizados nas Escolas Municipais do Ensino Fundamental com alunos cegos e de baixa visão.

Recursos didáticos, equipamentos e jogos pedagógicos contribuem para que as situações de aprendizagem sejam mais agradáveis e motivadas em um ambiente de cooperação e reconhecimento das diferenças. Com bom senso e criatividade, é possível selecionar, confeccionar, ou adaptar recursos abrangentes ou de uso específico. Os sólidos geométricos, o jogo de encaixe os ligue- ligue e similares podem ser compartilhados com todos os alunos sem necessidades de adaptações.

Segundo Cerqueira (2000), recursos didáticos são todos os recursos físicos, utilizados com maior ou menor frequência em todas as disciplinas, áreas de estudos ou atividades, sejam quais forem as técnicas ou métodos empregados, visando auxiliar o educando a realizar sua aprendizagem mais eficientemente, constituindo-se num meio para facilitar, incentivar ou possibilitar o processo ensino-aprendizagem. De um modo genérico, os recursos didáticos podem ser classificados como: naturais, pedagógicos, tecnológicos e culturais.¹ Além disso, tais recursos podem ainda ser auxiliados por outras ferramentas que iram somar na aprendizagem do aluno deficiente como, tais como: a seleção dos sólidos geométricos, adaptação de instrumentos (metros, balança, os mapas de encaixe, os jogos) e por último a confecção de palitos de fósforos, contas, chapinhas, barbantes, botões e outros.

A inclusão ainda é vista com muito preconceito por muitos educadores, pais, técnicos e a sociedade que não vislumbram a possibilidade de desenvolvimento com a pessoa deficiente, usam como parâmetro as condições físicas e locomotoras dos indivíduos e comungam das ideias conservadoras de uma educação inerte diante das transformações sociais do mundo atual, que trabalha com a formação de professores no contexto de educação inclusiva “é preciso vontade”, desejo de se fazer. E esse objetivo só será concretizado se houver uma mudança na concepção da escola, família e da sociedade. Mudar, agir e desenvolver nas crianças deficientes o direito de estudar assumindo seu papel na sociedade.

A Educação inclusiva é uma prática que oportuniza o direito a educação, independentemente de condição social e deficiência, foi pensando no bem estar do sujeito, que as escolas municipais de Pombal–PB, abriam as portas para receber alunos com algum tipo de deficiências. Onde muitos pais matricularam seus filhos nas escolas públicas, uma vez que há certa resistência ou até mesmo preconceito por parte desses pais, creio que hoje existiu um avanço na conscientização ao aderirem a essa nova mudança.

A pesquisa adotou o método qualitativo de investigação que nos permitiu um levantamento de informações sobre a prática pedagógica das escolas apontando condições

¹ Recursos naturais são aqueles disponíveis em nosso próprio meio ambiente, como água, pedra, animais. Recursos pedagógicos são aqueles que se enquadram numa sistemática criada como auxílio ao processo de aprendizagem do aluno: quadro, cartaz, gravura. Recursos tecnológicos são aqueles que compreendem os novos avanços no campo tecnológico a exemplo da informática, do vídeo cassete, gravador. Recursos culturais são aqueles que se encontram inseridos naturalmente em nossa cultura, nas nossas tradições, a exemplo de cantigas de rodas, lendas, visitação a museus, bibliotecas e exposições.

para a realização de um trabalho que atenda a proposta da inclusão com metodologias voltadas para a melhoria de educação inclusiva do profissional educação.

A experiência de trabalhar com alunos deficientes visuais na cidade de Pombal-PB, foi fator predominante para despertar o interesse e o desejo de aprofundar um pouco mais a pesquisa na vivência pedagógica e nos problemas que cercam esta comunidade estudantil, haja vista que foi detectado que não há um interesse dos governantes em investir na qualidade e no potencial desses alunos, embora seja assegurado por lei o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para atender a necessidade desses alunos com deficiência.

A pesquisa será socializada no âmbito das demais escolas da rede municipal de Pombal, PB, promovendo uma interação e disseminação da proposta e dessa forma promover mudanças metodológicas na atuação docente convergindo para resultados positivos na aprendizagem e desenvolvimento intelectual dos discentes e uma melhor capacitação dos docentes.

Pretende-se com os resultados dessa pesquisa subsidiar o Sistema Municipal de Educação com estudos que contribuam para melhoria das ações na área da Educação Especial dentro de uma perspectiva inclusiva, além de registrar de maneira organizada o trabalho que o município de Pombal já desenvolve, sendo pólo para outros municípios vizinhos, que responde as necessidades educacionais especiais dos alunos cegos e com baixa visão de modo particular.

2 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

A abordagem qualitativa foi escolhida para desenvolver esta pesquisa. Segundo Minayo (1994, p. 22), “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”, diferentemente da abordagem quantitativa, na qual se trabalha com os dados estatísticos, analisando apenas os fenômenos mais visíveis e concretos.

No percurso da pesquisa nos deparamos com muitas dificuldades, primeiro a ocupação da Equipe Escolar; que são educadores e que tem uma carga horária preenchida, alguns trabalham em outras localidades para poder ter um salário mais digno. Por outro lado foi interessante perceber o empenho de cada profissional da educação em querer trabalhar e aprender a lidar com esses alunos deficientes, uma vez que não foram capacitados para desempenhar este papel, com isso, podemos perceber que a escola já teve alguns avanços, como por exemplo, ganhou uma sala de recurso adaptada aos deficientes visuais, com computadores e outros recursos necessários ao aluno, úteis para uma boa aprendizagem, ou seja, capaz de desenvolver no aluno deficiente a capacidade de uma comunicação e compreensão do mundo que o cerca.

Foi pensando assim que a escola, juntamente com toda equipe escolar teve a iniciativa de pensar na educação inclusiva como uma prática que oportuniza o direito a educação, independentemente de condição social e de deficiência. Pensando no bem estar do sujeito, que a escola mandou um projeto ao MEC/ FNDE, com o objetivo de incluir alunos deficientes no atendimento regular de ensino.

Acreditamos que o atendimento especializado serve como aporte para suprir a necessidade do aluno com deficiência visual, auditiva e mental. A escola busca através de recursos oferecidos, uma nova forma para completar a aprendizagem desses alunos dispondo-se atender aos demais alunos das outras redes de ensino.

Para que o atendimento especializado se concretize faz-se necessário o uso de equipamentos que vá ao encontro a necessidade do aluno e viabilize sua independência. No caso de um aluno deficiente visual os equipamentos adequados são de suma importância, pois sem o pulsador, o reglete e a prancha, a participação do aluno nas aulas se torna dificultoso.

Conhecendo a necessidade do aluno deficiente e as inúmeras possibilidades de recursos facilitadores da aprendizagem, a escola procura buscar meios que se refere à aquisição de material didático/pedagógico específico e equipamentos para Atendimento Educacional Especializado (AEE), como forma de possibilitar aos alunos com deficiências o acesso ao conhecimento, bem como realizar atividades mais dinâmicas, além de proporcionar mudanças nos procedimentos metodológicos, visando um melhor aprendizado e autonomia de todos os alunos independentes de suas limitações físicas e intelectuais.

Os recursos metodológicos destinados ao Atendimento Educacional Especializado de alunos com deficiência devem ser inseridos em situações e vivências cotidianas que estimulem a exploração e desenvolvimento pleno dos outros sentidos. A variedade, a adequação e a qualidade dos recursos disponíveis possibilitam o acesso ao conhecimento, a comunicação e à aprendizagem significativa. (SÁ, CAMPOS, SILVA, p. 19.2007)

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram entrevistas realizadas na escola. Por meio das inquirições foi possível obter informações contidas na fala dos sujeitos da pesquisa. Minayo (1994, p. 57) comenta que a entrevista é uma das técnicas mais utilizadas no trabalho de campo e que: “[...] não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos de pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”, a entrevista constitui-se em excelente instrumento de coleta de dados, pois, de acordo com Sá (1998, p. 49): “[...] entrevistas e questionamentos exigem respostas por parte dos sujeitos da pesquisa. E estes as dão, mesmo que nunca tenham pensado sobre o assunto ou acompanhado discussões sobre ele no âmbito do seu grupo.

Para uma melhor compreensão do resultado da pesquisa é importante situarmos onde ela foi realizada, qual o público alvo, a situação econômica da região e o nível de escolaridade da população. O trabalho empírico foi realizado na escola Municipal do Ensino Fundamental Decisão na cidade de Pombal, PB, localizada no alto sertão do Piranhas, cuja população aproximadamente é de 33.212 habitantes e área territorial de 889 km². Sua taxa de alfabetização é de 71%. Conta ainda a cidade de Pombal com um campus de ensino superior (UFCG) com três cursos em funcionamento, além de possui 40 escolas de ensino médio, escolas públicas e privadas. A expectativa de vida e seu índice desenvolvimento humano (IDH) é de 0,661. Apesar de ter uma das maiores bacias leiteira da região ainda sofre muito a sua diminuta economia.

Os participantes da pesquisa foram sujeitos que trabalham na própria escola como o Diretor, Supervisor, Orientador, Professores e Alunos. O número de participantes da pesquisa não foi previamente determinado, houve uma boa participação e empenho da equipe. Como critérios de seleção foram convidados a participar da pesquisa apenas as pessoas mais próximas ou que convivem diretamente com esses alunos com deficiências visuais.

A entrevista constitui-se de perguntas abertas relativas às representações que os participantes possuem sobre as pessoas com deficiência visual e baixa visão. Em suma, o questionário abordou os seguintes pontos: 1- Como surgiu a ideia de inclusão de alunos com deficiências visuais na referida escola? 2 – De que maneira a escola acolhe ou acolheu os alunos com deficiência visual? Houve algum tipo de dificuldades? 3 – Para você, quem é a pessoa com deficiência visual? Quais são as características? 4 – Como acontece o processo de inclusão dos alunos deficientes visuais na escola? 5 – Qual o posicionamento da escola a respeito do preconceito a esses alunos com deficiência visual? 6 – Você já teve algum contato com pessoas com deficiência visual? Que tipo de contato e como foi? 7 – Qual o lugar ou espaço mais adequado para as pessoas com deficiência visual? 8 – Como eles devem ser tratados? 9 – Como eles devem ser educados? 10 – Para você, como a família e a sociedade de um modo geral encara a deficiência visual na escola? As perguntas foram digitalizadas e direcionadas as pessoas exigindo-se um prazo mínimo para as respostas. Entre os entrevistadores a que mais se destacou foi a Diretora que iniciou esse trabalho de inclusão na escola, pois a mesma tem um carinho e dedicação muito grande a escola e aos alunos.

As perguntas da entrevista tiveram o objetivo de conhecer o que as pessoas sem deficiências pensam sobre as pessoas com deficiência visual, sendo respondidas em forma de relatos espontâneos. A quantidade de perguntas ajudou no resultado, porém nem mesmo a espontaneidade das respostas garante uma radiografia real da situação, sobretudo, porque o trabalho é exemplificativo e não exauri o tema.

A despeito da questão, explica o autor:

O problema não está em fazer perguntas diretas, mas sim na qualidade das perguntas que são feitas, entendendo-se qualidade ai uma decorrência da pesquisa estar criteriosamente informada pela teoria. A espontaneidade não é uma garantia de ampla revelação das representações, podendo mesmo ter, ao contrario, o efeito de encobri-las (Sá, 1998, p.89).

A Escola em que a pesquisa foi desenvolvida encaminhou um projeto à Secretaria de Educação Especial, no MEC para proporcionar aos alunos com necessidades educativas especiais, em horário oposto ao ensino regular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), no qual foi contemplada com uma sala de recurso adaptada para os deficientes visuais, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino oferecida aos alunos que ali estudam, abrindo-se a toda comunidade e escolas da rede municipal de ensino.

Analisando toda a história da escola e conhecendo a realidade dos alunos com deficiência, constatamos que há necessidade de arregaçar as “mangas” e lutar por igualdade, para que diminua então o preconceito e as práticas de exclusão presentes na sociedade atual.

2.1 Dados encontrados nas entrevistas

Após a coleta dos dados, da análise das entrevistas, percebe-se que a ideia de inclusão surgiu em decorrência da procura dos pais desses alunos em promover efetivamente uma educação adequada aos seus filhos deficientes, os quais com distorção de idade-série no 6º ano do ensino fundamental.

A Escola recebeu estes alunos como qualquer outro, no início, ficou demonstrado certo receio da equipe diretiva e do corpo docente no sentido de como trabalhar com eles, as dificuldades foram muitas, mas, os professores auxiliados pela orientadora pedagógica e supervisora, conseguiram administrar melhor as dificuldades.

Mas, a final, o que é uma pessoa deficiente visual? Do substrato da pesquisa pudemos constatar que trata de uma pessoa que não enxerga, seja total ou parcial, porém é alguém ativo, participativo, um cidadão consciente de seus direitos e deveres, que estuda, trabalha, tem filhos, ou seja, tem uma vida normal. O deficiente visual tem aguçado desenvolvimento dos outros sentidos, com especial destaque para o tato e a audição.

A cegueira é uma alteração grave ou totalmente de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente (SÁ, CAMPOS, SILVA, 2007, p. 15)

Com a chegada desses alunos deficientes na escola, a equipe técnica e administrativa fez um trabalho de conscientização com os alunos da escola, mostrando a deficiência dos alunos novatos e ao mesmo tempo pedindo o respeito e a amizade para com os mesmos. A partir daí houve o acompanhamento e formação dos professores no Atendimento Educacional Especializado (AEE), para poder trabalhar melhor com esses alunos em sala de aula.

De acordo com as Diretrizes operacionais da Educação Especial para o atendimento educacional especializado na educação básica, tal atendimento tem como objetivo ofertar recursos necessários para a aprendizagem dos alunos, de acordo com suas deficiências.

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares (MEC, 2008, p. 1)

A escola procurou conscientizar a todos, evitando assim atitudes de preconceitos. “Somos exemplos em superação de preconceitos”, respondeu Ana Luísa² diretora da escola. Na prática comprovamos que a educação é um direito de todos e que assim, todos indistintamente tem direito ao acesso e a permanência na escola como prevê a constituição Federal, no artigo 206, inciso I.

Todos os professores, equipe técnicas e demais funcionários da escola já tiveram a oportunidade de conviver com alunos cegos e de baixa visão, inclusive a escola tem um professor que apresenta variedade e a intensidade de comprometimento das funções visuais.

Outro aspecto que se subtrai da pesquisa é que qualquer espaço é digno de um deficiente visual, desde que, haja respeito e dignidade para com o mesmo. Alguns entrevistados responderam que seria interessante que o aluno sentasse perto do professor para melhor facilitar seu entendimento.

² Nome fictício para preservar a identidade da mesma. Todos os nomes que aparecem no texto, referente aos sujeitos entrevistados, são nomes fictícios.

E quando perguntados sobre as formas de tratamento em relação a pessoas com deficiência visual, os entrevistados no geral comentaram que eles devem ser tratados como pessoas normais, sendo que não se deve jamais tratá-los com piedade, mas sim, com fraternidade e dignidade, ou seja, tratá-los como os demais alunos.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. (DUTRA, GRIBOSKI, ALVES, p. 02. Janeiro de 2008)

Infelizmente a educação dessas pessoas deficientes nem sempre é correta, pois muitas vezes a família por querer proteger priva-se de momentos de diversão e prazer, não sabem eles que isso é um tipo de preconceito que já começa na própria família e que podem trazer grandes danos na vida dessas pessoas na escola e na sociedade.

É importante mostrar aos pais que este tipo de ambivalência existente, e tem que ser gerenciada; que o fato deles terem ficado deprimidos por seu filho ter nascido ou adquirido uma deficiência, não significa que eles não amem ou aceitem este filho. É preciso que estes pais compreendam que, ao contrário, só as pessoas que podem vivenciar o luto pelo filho “normal” esperado, é que poderão aceitar e amar esse novo ser não-perfeito, mas nem por isso menos querido que veio. Só estas terão condições de enfrentarem, junto com seus filhos, o desafio da inserção no grupo social mais amplo. Indo mais além, é justamente por não lidarem com esta situação de maneira aberta, que a maioria das famílias acaba desenvolvendo um padrão de rejeição e/ou superproteção ao membro deficiente. (Revista brasileira de Educação Especial, Rosana Glat. 2007 P. 115)

Apesar de existirem políticas públicas voltadas para inclusão ainda constatamos muitos preconceitos da sociedade em não reconhecer a equidade entre as pessoas. Muitas famílias, ainda resguardam seus filhos com deficiência em suas casas ou então os mantêm por muito tempo em escolas de educação especial, muitas vezes por desconhecer o direito do filho a viver uma vida em sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.” Também, nessa década, documentos como Declaração Mundial de Educação para todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas da Educação inclusiva. (FÁVERO, PONTOJA, MONTOAN, p.33. 2007)

Outros depoimentos afirmam que ainda falta informação e conhecimento sobre a inclusão, mas se percebe que já foi pior. É preciso que a escola procure realizar palestras com frequência com as famílias e com a comunidade com o tema de inclusão, como também depoimentos de deficientes para melhor sensibilização do público no sentido que a inclusão não é coisa do outro mundo.

A despeito do tema, é esclarecedora a assertiva da equipe da secretaria de Educação Especial / MEC quando diz que

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiências tendo início na época do Império com a criação de duas instituições: o imperial instituto dos meninos cegos, em 1854, atual instituto Benjamin Constant- IBC, e o instituto dos surdos Mudos, em 1857, atual instituto Nacional da educação dos Surdos- no rio de Janeiro. A constituição Federal de 1988 (constituição cidadão) traz como objetivo promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No seu artigo quinto garante mudanças significativas para essa questão. Além do estatuto da criança e do adolescente que coloca para a sociedade um debate e novo olhar a essa temática. (Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.)

Estudando um pouco sobre a deficiência visual (a cegueira ou baixa visão), compreendemos que a criança que não enxerga não pode expressar uma comunicação visual com o mundo em que vive. Desde os primeiros meses de vida é preciso estimular a criança a fixar um olhar para tudo o que está à sua volta, sendo possível acompanhar o movimento das pessoas e dos objetos sem sair do lugar.

A visão reina, sobretudo, na hierarquia dos sentidos e ocupa uma posição proeminente no que se refere à percepção e integração de formas, contornos, tamanhos, cores e imagens ou de um ambiente. É o elo de ligação que integra os outros sentidos, permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento e exercer uma atividade exploratória circunscrita a um espaço delimitado. (ELIZABET, IZILDA MYRIAM, p. 15. 2007)

Podemos entender que a cegueira é uma alteração grave e às vezes total que traz várias consequências na visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira advéncia, usualmente conhecida como adquirida), ou decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em muitos casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdocegueira) ou a outras deficiências.

Muitas vezes, a perda da visão ocasiona a extirpação do globo ocular e a consequente necessidade de uso de próteses ocular em um dos olhos ou em ambos. Se a falta da visão afetar apenas um dos olhos, o outro assumirá as funções visuais sem causar transtornos significativos no que diz respeito ao uso satisfatório e eficiente da visão. (SÁ, SILVA, CAMPOS, p. 16. 2007)

Como podemos identificar a cegueira ou a baixa visão de uma pessoa? Podemos identificar a partir do momento que essa pessoa não demonstrar interesse pelo que está ao seu redor. A pessoa que não enxerga, precisa de todas as informações que são elaboradas automaticamente e de forma global pela visão. Por esse motivo a pessoa desenvolve uma boa capacidade de imitar a fala que chamamos de verbalismo. Observando o desempenho e o desenvolvimento do indivíduo no seu dia a dia pode perceber o grau de cegueira que a pessoa apresenta.

Na escola e na própria família deve-se fazer esse diagnóstico para poder ajudar essa criança a partir dos seus primeiros anos de vida para tanto se faz necessário a ajuda dos pais, dos profissionais de educação quando os mesmos estiverem inseridos nas salas de aulas, observando sempre o desempenho das crianças sejam elas deficientes ou não.

A criança com deficiência visual deve ser acompanhada pela mãe, pai, professor ou outra pessoa que assim possam ajudar a identificar o tocar nos objetos, que o digam o nome e estimule a pesquisar os seus conceitos do ponto de vista de vidente. A criança precisa conhecer os objetos de seu jeito, explorar o tato, som ou cheiro, saber como funciona, o que faz com ele, para que serve, para poder compreender-lhes o significado. (SÁ, SILVA, CAMPOS, p. 16. 2007)

Para que uma criança tenha um bom desenvolvimento é muito importante a convivência delas com outras crianças nas creches, escolas e outras entidades, aprendendo a cantar, a brincar, a expressar seus desejos, sentimentos, emoções, enfim, participar da vida, são marcadores temporais e especiais para a construção do sistema de significações e linguagem, além de possibilitar-lhe ser e participar do mundo onde está inserida.

Em relação à importância da interação entre todos os sujeitos, Syaulis, comenta que o brincar é uma fonte de inclusão social.

As crianças precisam brincar independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, pois a brincadeira é essencial a sua vida. O brincar alegra a motiva as crianças, juntando-as e dando oportunidade de ficar feliz, trocar experiências, ajudarem-se mutuamente; as que enxergam e as que não enxergam as que escutam muito bem e as que não escutam as que correm muito depressa e as que não podem correr (2005, p. 9)

A criança ao iniciar na escola traz consigo algumas vivências sensoriais motoras muito restritas, precisa aprender os movimentos das mãos e do corpo para poder distinguir o local a posição e direção certa para se locomover, sem o uso do corpo para ação intencional. Sem deslocamento independente fica difícil o seu acesso na busca de objetos e de seu uso funcional. O professor deve mediar a construção do real, incentivando e encorajando a criança a fazer novas descobertas com seu próprio corpo: subir, entrar em espaços apertados, transpor obstáculos, agachar, rastejar. Usar os membros superiores para fortalecê-los, dependurar-se balançar-se, empurrar, puxar, para desenvolver a força muscular.

Acreditamos que é preciso mostrar de maneira clara que o deficiente visual pode superar os desafios que lhes são propostos, formando seus próprios conceitos, ajudando através de algumas dicas e pistas que sejam necessárias para poder encarar a vida, pois é comum os pais, professores e colegas quererem solucionar problemas para a criança com deficiência visual, antecipando e explicando como as coisas funcionam. Sem dar tempo para que ele ou ela investigue, solucione e crie novos mecanismos.

_____ Segundo Lima, em uma palestra proferida para professores no curso de capacitação relata as palavras de Paulo Freire:

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feita, sem fazer cultura, sem tratar sua presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem música, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo (...), sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível.

A ideia que se faz da baixa visão é muito complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Algumas dessas funções englobam desde as simples percepções de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam muitos casos, “observa-se o nistagmo, movimento rápido e involuntário dos olhos, que causa uma redução da acuidade visual e fadiga durante a leitura”, (ELIZABET, IZILDA, MYRIAM, p.16 2007). Então podemos dizer que a baixa visão é muito relativa, depende de cada indivíduo, pois nem sempre os sintomas são os mesmos para cada pessoa.

É constatado que uma pessoa com baixa visão apresenta grande oscilação de sua condição visual de acordo com o seu estado emocional, com circunstâncias em que se encontram, dependendo das condições de iluminação natural ou artificial é uma pessoa que não se sente confortável diante de algumas situações vividas, é angustiante para o indivíduo e

para quem lida com ele, tão grande é a complexidade dos fatores e contingências que influenciam nessa condição sensorial. “É muito importante estabelecer uma relação entre a mensuração e o uso prático da visão, uma vez que mais de 70% das crianças identificadas como legalmente cegas possuem alguma visão útil.” (ELIZABET, IZILDA, MYRIAM, 2007, p. 16).

Há de registrar ainda quais as perspectivas surgidas dentre os alunos com deficiência ante o universo que os rodeiam. Na verdade, a temática ainda presente entre os educandos é a da limitante exclusão impulsionada pela deficitária estrutura escolar ou mesmo pela pouca especialização dos educadores nesta área tão carente.

2.2 A inclusão em Pombal

Na Cidade de Pombal- PB, até a década de 90, não se ouvia falar em educação especial e os casos que tinham eram ocultados por preconceitos ou era atendido de outra forma, como no caso das escolas especiais que o município disponibiliza. A Escola Especial do município realiza atendimentos diários junto a pessoas deficientes e carentes da comunidade, contando com o trabalho de professores capacitados. Está localizada no centro da cidade recebendo alunos com várias deficiências.

Em 2008, foi realizada uma visita à Secretaria de Educação do Município de Pombal - PB, com o objetivo de saber se existem no Município as diretrizes educacionais formuladas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, analisar o nível e local onde ocorre a inclusão que está sendo proposta. Foi constatado através de informações que as diretrizes que orientam a rede municipal não são próprias do Município, tendo apenas as diretrizes Federais como base.

O Município também disponibiliza de formação continuada como cursos preparatórios para lidar em sala de aula com esses desafios que a educação brasileira tem avançado nos últimos anos em receber alunos com alguma deficiência como formação dos profissionais na área de educação. Nas escolas do município são oferecidas salas de computadores, onde o aluno tem a oportunidade de ter aulas diferentes e com recursos diversificados. Pombal também é pólo de apoio para as cidades ciclo vizinha, dando assistência necessária e ajudando na formação de professores da rede Municipal de Ensino.

A Escola estudada, após enviar um projeto à secretaria de Educação Especial, MEC, foi contemplada com uma sala de recurso adaptada para os deficientes visuais, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino oferecida aos alunos que ali estudam, abrindo-se a toda comunidade e escolas da rede Municipal de ensino. Esse serviço denomina-se Atendimento Educacional Especializado (AEE) o qual tem como objetivo proporcionar aos alunos com necessidades educativas especiais, em horário inverso ao do ensino regular, atividades diferenciadas para suprir suas necessidades.

A inclusão do aluno com necessidade especial no nosso Município é um dos maiores desafios impostos à educação. Estamos ainda dando os primeiros passos em direção à inclusão. Professores, Pais, Escola e Sociedade devem estar comprometidos com esta nova empreitada que chamamos de inclusão social. É preciso estar dispostos a enfrentar novos desafios para alcançar nossos objetivos como educadores e formadores de profissionais inseridos na educação.

Segundo Maciel,

Hoje, no Brasil, milhares de pessoas com algum tipo de deficiência estão sendo discriminadas nas comunidades em que vivem ou sendo excluído do mercado de trabalho, O processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto a socialização do homem (2000, p. 01).

Em um âmbito geral, o Estabelecimento Educacional “Decisão” destaca-se pela falta de infra-estrutura apresentada pelo espaço físico da escola, dificultando assim, o desenvolvimento de algumas atividades. Este aspecto gera, portanto, grandes desafios não só pela suposta disponibilidade de recursos financeiros, bem como, pelo fato de que é locada e por isso, não são permitidos investimentos que proporcionem melhorias que promovam ações positivas no processo ensino aprendizagem, como também um melhor atendimento aos alunos deficientes que ali estudam.

A nossa comunidade estudantil oriunda da zona rural, são filhos de pequenos proprietários trabalhadores meeiros e diaristas, na sua maioria, analfabetos, apenas um pequeno percentual são filhos de pais com escolaridade correspondente ao 4º e 5º ano do ensino fundamental, dificultando assim o acompanhamento desses alunos, pois têm na

maioria, pais desempregados. Os que têm emprego fixo recebem um salário mínimo mensal e o nível de escolaridade é semelhante aos da zona rural, salvo alguns casos em que os pais tiveram mais oportunidade de estudar.

O corpo docente e especialista da escola está composto por vinte e nove professores de nível superior e dezoito especialistas em educação, dois supervisores, uma diretora e uma diretora adjunta, Quanto ao corpo de apoio administrativo a escola dispõe de quatro vigilantes, e auxiliares de serviços gerais.

A escola vivencia uma linha pedagógica voltada para a proposta sócio-construtivista, porque entende que o conhecimento é construído pela interação do aluno (sujeito) com meio e com o outro (objeto) de forma contínua e dinâmica.

Para Piaget, o conhecimento não é uma qualidade estática e sim uma relação dinâmica. (GOULART, 2001, p. 17).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola enfrenta desafios no compromisso social com a comunidade escolar e local, de refletir sobre “fazer” num mundo onde as transformações são velozes e a sociedade muda constantemente. O currículo é voltado para realidade do Educando, com forma de melhorar o processo ensino – aprendizagem, tornando assim, esta unidade de ensino, um espaço aberto que tem como propósito, superar as dificuldades do aluno, ajudando-o a desenvolver o senso crítico e construir o seu próprio conhecimento. O projeto representa um desafio importante na caminhada de uma escola que busca efetivamente uma educação de qualidade, alicerçada nos valores éticos e morais.

Na metodologia evidenciada no contexto histórico-social dos alunos; os conteúdos são trabalhados de forma contextualizada onde o professor lança mão dos recursos que a escola oferece: sala de vídeo, computadores, jornais, revistas, sala de leitura, retro projetor e um pequeno laboratório, onde pode-se realizar alguns experimentos, entre outros, com o objetivo de criar ambientes de ensino e aprendizagem que favoreçam a postura crítica a curiosidade, a observação e análise, a troca de ideias de forma que o educando possa ter autonomia no seu processo de aprendizagem, buscando e ampliando o conhecimento dos alunos.

Para os entrevistados da pesquisa, a qual houve livre consentimento dos entrevistados em relação a utilização de seus dados, o processo de inclusão dos alunos com deficiência ainda é lento e precário, porém há uma demonstração particular desses agentes, com interesse e força de vontade para empreender ações em direção a essa implantação de forma plena e satisfatória.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme constam dos números do último Censo Escolar a educação de alunos com deficiência se dá, agora, majoritariamente em classes regulares, Seis em cada dez alunos nessa condição estão matriculados em salas comuns em 2001, esse índice era de apenas dois em cada dez estudantes. O aumento merece ser comemorado, mas que não esconde um grande desafio: como garantir que, além de frequentar as aulas, crianças e jovens aprendam de verdade?

Como solução, podemos perceber que a melhor tentativa que está dando certa para o trabalho direcionado ao aluno deficiente é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde os professores, capacitados para tal, acompanham os alunos em horário oposto nas salas de recursos, com ambientes adaptados para auxiliar indivíduos com uma ou mais deficiência. Segundo o censo escolar, atualmente 27% dos alunos matriculados em classes comuns do ensino regular recebem esse apoio. A proposta do governo federal para esse ano é de implantar mais de 15 salas de recursos, sendo que o atendimento alcançará mais de 50% das matrículas.

A inclusão hoje é um grande desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior nas escolas, pois para que os alunos com deficiência ou não, possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é importante e indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário para que os alunos tenham uma experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, o comprometimento de tempo que é valioso e irreversível em suas vidas, pois com isso o aluno aprende a ter um bom desempenho e um bom desenvolvimento.

Segundo Mantoan

A maioria das escolas ainda está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais não estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregado (classes especiais, escolas especiais). (2007, p. 45)

Muitas escolas não atendem alunos com deficiência em suas turmas do ensino regular justificando que os professores não estão preparados para desempenhar tal papel. Existem também escolas que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão ter da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e serem ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais. Com isso fica evidente a necessidade de criar ações pedagógicas, que favoreçam a todos os alunos, práticas escolares compatíveis em sala de aula e que não haja nenhum tipo de discriminação aos alunos deficientes.

Mudar a escola é enfrentar uma tarefa que exige trabalho. Mantoan destaca algumas transformações que as escolas objetivam para um ensino de qualidade, para um ensino que seja inclusivo.

- * Colocar a aprendizagem como o eixo das escolas, porque a escola foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam;
- * Assegurar tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com o perfil de cada um e reprovando a repetência.
- * Garantindo o Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na própria escola comum da rede regular de ensino;
- * Abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania;
- * Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é o responsável pela tarefa fundamental da escola no ensino e aprendizagem dos alunos. (2007, p. 46).

Numa escola para ensinar a todos, devemos propor atividades abertas e diversificadas, que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão, de conhecimento e de desempenho dos alunos e em que se destaquem os que sabem mais ou os que sabem menos. As atividades devem ser exploradas, de acordo com a capacidade e interesse dos alunos, é importante entender que os debates, pesquisas, registros escritos, falados, observações,

vivência em sala de aula são alguns processos importantes no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Mas e como avaliar os alunos?

Vários são os instrumentos que podem ser utilizados para avaliar, de modo dinâmico, os caminhos da aprendizagem, como: os registros e anotações diários do professor, os chamados portfólios e demais arquivos de atividades dos alunos e os diários de classe, em que vão colecionando dados, impressões significativas sobre o cotidiano do ensino e da aprendizagem. As provas também constituem opções de avaliações desejáveis, desde que haja o objetivo de analisar, junto aos alunos e os seus pais, os sucessos e as dificuldades escolares. (MANTOAN, 2007, p.54).

A constituição garante a todos o direito à Educação e ao acesso à escola. Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos fundamentais da constituição Federal de 1988 é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (artigo. 3º inciso IV). No artigo 205 da mesma consta a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

No ano 2006, a Secretaria Especial dos direitos Humanos, juntamente com o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que objetiva, dentro as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior. No ano de 2007, foi criado o Plano de Aceleração do Crescimento-PAC, juntamente com PDE, (Plano de Desenvolvimento da Educação) que hoje em todas as escolas brasileiras são implantadas e atuam no sentido de melhorar a qualidade de Ensino no País.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, orientado os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; oferta educacional especializada aos profissionais da educação; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações, articulação intersetorial na implantação das políticas públicas. (OSÓRIO, 2008, p. 14).

Afinal de onde surge o direito à educação das pessoas com deficiência? De acordo com Santos “Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. (BOA AVENTURA SOUSA DOS SANTOS).

A inclusão já teve muitos avanços em comparação ao tempo da antiguidade, onde as pessoas com deficiência eram sacrificadas e até levadas à morte. Naquela época a sociedade

era organizada em duas camadas sociais: a nobreza, que detinha o poder econômico; e a pobreza que geralmente, era escravizada. Diante disso, podemos dizer que muitos segmentos ainda hoje discriminam as pessoas deficientes, tratando-as como vítimas de abandono, rejeição e até maus-tratos, como se a vida dessas pessoas diferentes não valessem absolutamente nada, ou seja, não tivessem nenhum significado. Muitas pessoas com deficiência são carregadas pela família como um fardo, uma cruz, Infelizmente. A respeito de tudo isso diz Amaral:

Na antiguidade, principalmente na Grécia Antiga, na qual a perfeição do corpo era venerada, as reações diante das pessoas com a pessoa deficiente eram o abandono, a eliminação ou o sacrifício. Em alguns lugares de Roma, podiam ser mortos ou submetidos a um processo de purificação para livrá-los de maus desígnios. (AMARAL, 1994, p.14)

A partir do século XX, o deficiente passou a ter melhor aceitação, do ponto vista social, onde poderiam ter um convívio com outras pessoas e ter seus direitos garantidos e reconhecidos por leis que rege esse País. Portanto podemos dizer que as conquistas ainda foram poucas, pois o preconceito, a ignorância e a discriminação ainda são fatores muito fortes em relação ao deficiente e a deficiência. Pode-se afirmar que mesmo depois de muitos discursos em torno da inclusão, continua o deficiente sofrendo estigma e o preconceito por ser diferente.

“A inclusão no contexto escolar é algo que vem se efetivando mesmo que a duras penas, buscando superar toda história de isolamento, discriminação e preconceito” (ANTUNES).

A inclusão tem provocado muitos questionamentos no campo acadêmico, em especial o curso de Pedagogia que é uma área que prepara o profissional da educação para lidar diretamente com o alunado e a Psicologia, que também atende as deficiências dos alunos. Então muitos alunos perguntam: o que é realmente inclusão? Por que incluir? Qual é a opinião dos alunos com deficiências e dos professores sobre inclusão escolar? Os professores realmente estão capacitados para desempenhar tal papel? São muitas perguntas que gostariam de ter respostas, pois para trabalhar num enfoque de educação inclusiva é necessário ter argumentos para todos esses questionamentos. É trabalhar diretamente com o ser humano, é trabalhar com vidas.

Podemos constatar que a inclusão acontece em partes, realmente como era para acontecer de verdade não acontece. Se perguntássemos a um deficiente visual, como é o caso da escola, na qual fiz a pesquisa, com certeza eles iriam dizer que não se sentem incluídos no sistema educacional de ensino, pelo falta de infraestrutura da escola, a falta de formação/capacitação de professores, a falta de aceitação da inclusão e materiais necessários para desempenhar um bom trabalho em sala de aula. Apesar de a escola ter uma sala de recurso, ainda não tem todo material necessário (como a máquina de braille) que facilitaria a escrita, pois os mesmos pedem para os colegas escreverem suas tarefas. Recebemos constantemente muitas reclamações por partes desses deficientes, como por exemplo, eles questionavam como poderiam aprender matemática na sala normal, se em outro horário a pessoa que o acompanhava não sabia ensinar matemática. Então vejo que ainda falta muito a fazer, mas, contudo, acredito das mudanças estão acontecendo, mesmo em passos lentos, não podemos desistir de sonhar, pior já foi com certeza melhorias virão.

Através da pesquisa realizada na escola contatamos que existem pontos positivos, como empenho da equipe diretiva em querer melhorar a qualidade de ensino, professores comprometidos com seus alunos, alunos querendo aprender e ser incluídos neste sistema. Parece-nos evidente que não há uma sintonia administrativa no tangente a questão da inclusão do deficiente visual, se por um lado há falta de compromisso dos poderes governamentais do município, por outro, há certa apatia na comunhão das informações e dos meios de se ter acesso a estas políticas públicas que o governo federal vem desempenhando.

Diante dessa realidade Ângela Regina Pires Costa, São Borja-RS, diz:

O processo de construção de um sistema educacional inclusivo tem se constituído como uma proposta de escola para todos, num contexto acolhedor e responsável para com as necessidades educacionais dos alunos, e tem por outro lado, sido assumido com consciência e grande interesse, pela maioria dos que tiveram a oportunidade de compreender, sua natureza, seus objetivos e seu valor social.

Para os sistemas de Educação, esta nova realidade está trazendo inúmeros desafios que devem ser enfrentados no nosso dia a dia, com muita seriedade e responsabilidade.

A conclusão desse artigo foi desenvolvida a partir da vivência, com alunos cegos e com baixa visão, buscando encontrar meios de melhorar o ensino desenvolvido na escola Decisão- Pombal, PB, como também desenvolver ações educativas voltadas para o respeito e a valorização das diferenças entre os que aprendem e os que ensinam o desejo de ensinar e de aprender.

Acreditamos que as expectativas e os investimentos dos Educadores devem ser os mesmos em relação a todos os educandos, pois os alunos cegos e com baixa visão têm as mesmas potencialidades que os outros, pois a deficiência visual não limita a capacidade de aprender, pelo contrário, estimula o desejo de vencer, de conseguir conquistar seus objetivos de vida.

Esperamos colaborar com aqueles que desejam contribuir para a concretização de uma escola inclusiva para todos, na perspectiva de uma sociedade justa, solidaria e igualitária.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L.A. **Pensar a diferença/ deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei Nº. 8.069, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001

BRASIL, **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/ SEESP, 1994.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Ministério de Educação**. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais- orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. Decreto Nº. 6.571/2008. Brasília, 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. Decreto n. 6.571/2008. Brasília, 2008.

COSTA, Ângela Regina Pires, Borges-RS, ano: 2007.

COSTA. Jane A. **Adaptando para baixa visão**. Brasília: MEC, SEESP, 2000.

Deficiência visual/ ELIZABET Dias de Sá, IZILDA Maria de Campos, MYRIAM Beatriz Campolina Silva – São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FÁVERO. Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiências: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA. Ed, 2004.

FONSECA, Victor. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MACIEL, MARIA REGINA CAZZANIGA. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo Perspectiva. 2000, vol. 14.n.2.p. ISSN 0102-8839.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Porque é?** São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MASINI, Elcie F. S. **O Perceber e o Relacionar-se do Deficiente Visual.** Orientando Professores e Especialistas. São Paulo, 1990. [Tese de Livre Docência Faculdade de Educação da USP].

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** historia e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Regina C. S; Newton Kara-José e Marcos W.S. **Entendendo a Baixa visão: orientações aos professores.** MEC, SEESP, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,** 2006.

SÁ, E.D.; CAMPOS I. M.; SILVA, M.B.C. **Atendimento Educacional Especializado.** Brasília: [s.n.], 2007

SÁ. Elizabet Dias. **Oficinas Educação Inclusiva no Brasil: Diagnóstico Atual e Desafios para o futuro-Relatório sobre Tecnologias Assistidas e material Pedagógico.**

SIAULYS, Mara O. de Campus. **Brincar para todos.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2005.